

# “BEM-VINDO A ADIS ABEBA: A vibrante capital diplomática da África” Tensões e representações políticas a partir dos ordenamentos urbanos na Etiópia contemporânea

JACQUELINE WAHBEH 

Universidade Federal do Paraná - UFPR | Curitiba, PR, Brasil

[jacquelinewahbeh@gmail.com](mailto:jacquelinewahbeh@gmail.com)

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v32i1pe205159

**resumo** Buscando identificar os componentes simbólicos que edificaram o título autoproclamado pela Etiópia de capital diplomática da África, analisaremos as construções físicas e narrativas elencadas no projeto de elaboração da capital, Adis Abeba ao longo de seu processo de modernização no século XX. Sobretudo durante os anos 1960, com especial atenção ao processo de transformação do prédio prisional Alem Bekagn em um memorial, às relações internacionais no continente, e o papel do governo etíope nesse contexto das independências africanas em meio as articulações dos primeiros blocos intercontinentais.

**palavras chave** Diplomacia; Monumentos; Política africana; Estudos africanos.

**"WELCOME TO ADDIS ABABA. The vibrant diplomatic capital of Africa": Tensions and political representations from urban planning in contemporary Ethiopia**

**abstract** Seeking to identify the symbolic components that built the self-proclaimed title of Ethiopia as the diplomatic capital of Africa, we will analyze the physical and narrative constructions listed in the project of elaboration of the capital, Addis Ababa, throughout its modernization process in the 20th century. Especially during the 1960s, focusing on the transformation process of the prison building Alem Bekagn into a memorial, also to the international relations on the continent, and the role of the Ethiopian government in the context of African independence amid the articulations of the first intercontinental blocs.

**keywords** Diplomacy; Monuments; African politics; African studies.

“Bem-vindo a Adis Abeba: A vibrante capital diplomática da África”. É com essa frase que o visitante que chega ao Aeroporto Internacional Bole da Etiópia é recebido na área do desembarque principal. Por mais comuns que sejam essas frases de boas-vindas em

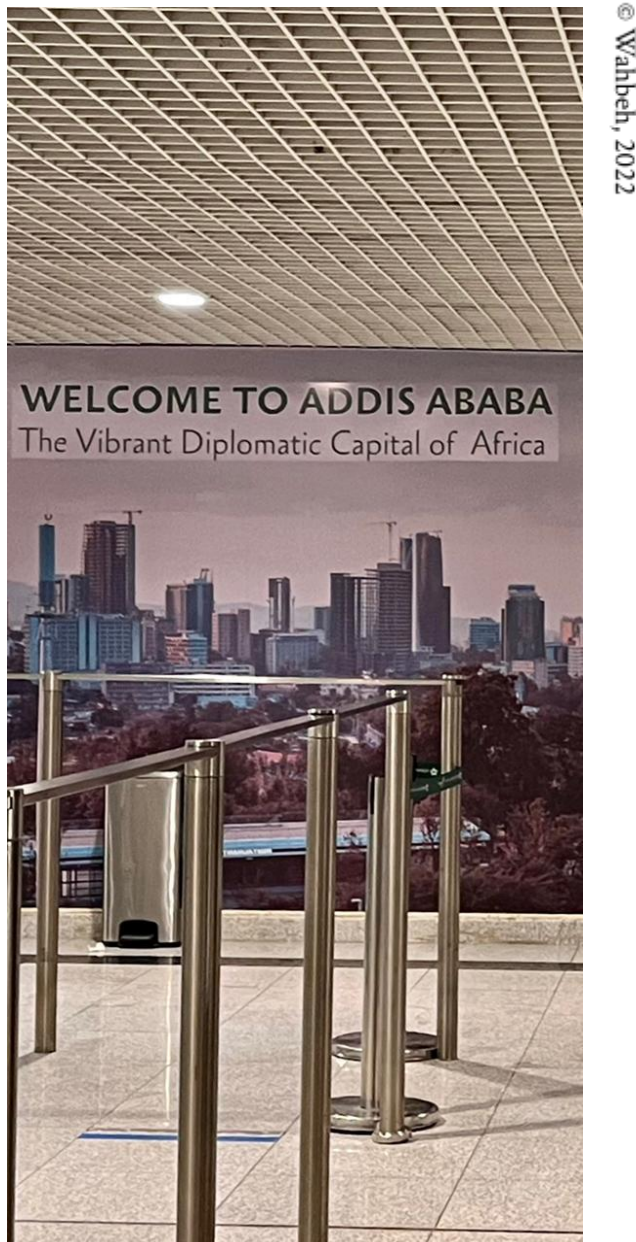


e205159

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i1pe205159>

aeroportos pelo mundo, faz-se significativo nesse cenário etíope a reivindicação da posição de "capital diplomática da África". Posição essa, também perceptível a partir de outros elementos presentes nos arranjos da paisagem urbana da capital do país. Ao buscar identificar esses componentes simbólicos que edificaram o título autoproclamado, analisaremos as construções físicas e narrativas elencadas no projeto de elaboração da capital, Adis Abeba. Sobretudo durante os anos 1960, com especial atenção às relações internacionais no continente, bem como o papel do governo etíope no contexto das independências africanas, em meio as articulações dos primeiros blocos intercontinentais.

**Imagem 1** - Desembarque Aeroporto Internacional Bole.



© Wahbeh, 2022

Fonte: Fotografia do acervo pessoal da autora, tirada em 18/09/2022.

Para examinarmos os ordenamentos do espaço urbano na capital da Etiópia, faremos o mapeamento dos principais prédios, suas funções institucionais, sua localização

no mapa da cidade, buscando observar a articulação feita com elementos sociais, políticos e históricos da região e do continente. A intenção é tornar possível analisar a capital Adis Abeba como um espaço físico de debate contínuo entre símbolos, representações e relações de poder. Para tanto, o principal espaço estudado será a antiga sede prisional de *Alem Bekagn* e o processo de transformação de tal prédio em um memorial, ao ser incluído em um projeto maior: o de ampliação da sede da Organização da Unidade Africana, na capital etíope. Refletir sobre a transformação do edifício de *Alem Bekagn* em um Memorial dos Direitos Humanos é perceber como a memória vinculada aos espaços visuais impõe dinamismo à paisagem urbana. Ainda, incluindo, o reflexo que as mudanças que buscam afastamento do campo visual provocam, como a realocação do complexo prisional para uma região mais afastada do centro da capital. Apontamentos sobre o processo de construção do *Africa Hall* e dos palácios construídos na capital Adis Abeba para moradia dos imperadores Menelik II e posteriormente, Haile Selassie, também foram abordados como locais que interrompem a linearidade estanque de sentido com seu efeito físico e narrativo.

Observar o ordenamento dos principais prédios institucionais construídos junto à capital, nos permite compreender as relações de poder atreladas a esse contexto das construções urbanas em Adis Abeba, iniciadas nos anos 1920. Uma das primeiras edificações da cidade, fundada ainda nessa transição do século XIX para o XX, foi o Palácio *Guenete Leul*, que desde os anos 1930 funcionou como o palácio domiciliar da família imperial etíope. Outra construção erigida neste período foi a prisão central do país, chamada de *Alem Bekagn* ou Prisão *Karchale*. O aeroporto *Lideta*, de função militar, também teve seu projeto de construção desenvolvido ao longo dos 1930, e foi financiado pelos italianos que, durante os anos da ocupação, o reformaram e renomearam para *Ivo Oliveti*.

Avançando aos anos do período de ocupação italiana, que perdurou entre 1936-1941, a presença colonial a partir de suas construções é precisamente perceptível no território da capital do país, e mesmo nesse local, as forças militares de resistência etíope se mantiveram em operação ao longo de toda ocupação colonial. Bem como nas regiões de fronteira com a atual Eritrêia e Somália, ambas igualmente sob dominação colonial italiana naquele período. É sintomático que uma das variações do nome da prisão central seja *Karchale*, uma referência a palavra *carcere*, italiano para cárcere ou cadeia, uma vez que esse local foi ampliado durante a gestão italiana e, mais notoriamente, tenha sido palco para o massacre conhecido como *Yekatit 12*. Tal nome é, na verdade, uma data do calendário etíope, equivalente à 19 de fevereiro no calendário gregoriano, e nomeou o massacre liderado pelos militares italianos que julgavam agir em virtude de vingar a ação da resistência etíope em uma tentativa de sequestro do general Rodolfo Graziani, que ocorreu em 1937 (Pankhurst, 1999: 230). Nesse mesmo momento, a partir da ocupação, com o imperador Haile Selassie exilado na Inglaterra, o Palácio *Guenete Leul* passou a funcionar como uma fortaleza para clérigos, idosos e mães com suas crianças, e durante o massacre, fora alvo do ataque italiano. Os presos sobreviventes deste massacre ficaram em *Alem Bekagn*, e por essa razão fora atribuída ao local a reputação de sediar torturas, assassinatos e condições insalubres.

As construções na capital, mesmo as anteriores e aquelas realizadas no decorrer da ocupação, foram feitas com investimentos estrangeiros, principalmente italiano. Segundo alguns pesquisadores, aquelas ações podem ser entendidas como parte das intenções coloniais fascistas de estabelecer a África Oriental Italiana no chifre africano (Abbay, 2010; Pankhurst, 1999). Diante disso, a cidade de Adis Abeba atraiu um influxo de arquitetos, sendo que o principal deles foi o italiano Arturo Mezzedimi. Podemos mencionar ainda o francês Henri Chomette e o israelense Zalman Enav e, este último manteve parceria com o etíope Michael Tedros (Levin, 2016: 447). A partir da metade do século XX, após os 6 anos de ocupação, o desenvolvimento urbano na capital com a retomada da soberania nacional ofereceu um mercado de construção desprendido dos monopólios da era colonial. Situação da qual o imperador direcionou a favor de um projeto de modernização urbana e, sobre esse processo, o historiador Richard Pankhurst escreveu: “Adis Abeba representou uma tentativa de um governante africano de forjar algo novo para a história de seu país, enxertando instituições modernas em um organismo vivo tradicional”<sup>1</sup> (1961: 103).

Nesse sentido, em uma perspectiva histórica, a fundação dessa cidade com o intuito de abrigar o centro do império etíope, envolveu a importação e uso de técnicas e ferramentas estrangeiras. Para Pankhurst, desde os primeiros anos do século XX, com o imperador Menelik II, Adis Abeba concentrava o poder nacional e projetava a unidade do país como referência física e narrativa da construção de um estado-nação moderno. Sendo terreno da residência do imperador, a sede da corte e do exército, abrigaram desde o início, uma população considerável de habitantes, o que criou novos fluxos profissionais e comerciais ao mesmo tempo que no plano físico, a cidade também se desenvolvia (Pankhurst, 1961: 113). Esse contexto foi o da configuração e consolidação das atuais fronteiras territoriais do país, sendo possível perceber que ao mesmo tempo que se definiu a capital, definiu-se também os limites da Etiópia no Chifre africano. País que, nesse contexto, prefigurava sendo o único a ser governado por um líder africano, tendo seus limites territoriais reconhecidos pelas potências imperialistas que ocupavam essa região – em especial britânicos e italianos – e consequentemente, acompanhada pela Libéria, reservavam o título de independentes em meio a colonização.

A historiografia chama atenção para a reconfiguração, a partir dos anos 1960, do projeto de modernização que enveredou as práticas imperiais na Etiópia em relação ao início do século XX, identificando nos interesses políticos do contexto a força motriz para essa rearticulação. Os anseios de uma “nova geração” que ganhou força nos anos de desenvolvimento da capital em contraponto com os da “antiga elite”, que resistiu como símbolo da ordem e tradição e esperava pelo reconhecimento de sua importância para o país, marcaram os conflitos da arena social e vida urbana do país. Indo além da dicotomia entre modernidade e tradição, o anseio por direitos civis e reformas democráticas de um lado, se opuseram ao reestabelecimento das estruturas imperiais. Se por um lado, havia um grupo que desejava a continuidade das inovações no campo da tecnologia e abertura política no país, a elite imperial contrastava ao desejar o regresso de seu prestígio e manutenção do seu privilégio. Algo que para o historiador Gildas Nicolas (1974) salientava

---

<sup>1</sup> Tradução da autora, original: “Addis Ababa represented an attempt by an African ruler to forge something new in his country's history by grafting modern institutions on a traditional living organism.”

as contradições das reformas operadas por Haile Selassie nesse período, tendo em vista que ao retornar, ele manteve o sistema tradicional – conhecido por *rist* e *gult* – quanto ao acesso à terra e preservou os direitos da elite, perpetuando a estrutura rural exploradora no país. No entanto, Pankhurst (1961) apresentou a construção da cidade como representante da modernização do império segundo as intenções dos imperadores Menelik II e Selassie. Argumentando ainda, que a introdução de diversos estrangeiros de diversas nacionalidades europeias prefigurava entre as ações que impactavam diretamente no cotidiano da cidade e no desenvolvimento da importância da capital a um nível internacional. Simultaneamente, o financiamento de projetos de intercâmbio para estudantes etíopes também favoreceu essa projeção. Mesmo com essas intenções, contudo, para o autor, Adis Abeba ainda:

Carecia de muitas das características de uma capital do século XX: ainda não havia organização municipal e as instituições recém-estabelecidas nas áreas de comunicações, finanças, saúde, educação etc. ainda estavam começando a afetar a estrutura tradicional da vida etíope. No entanto, o estabelecimento da capital marcou uma virada na história da Etiópia. Ele lançou as bases para o desenvolvimento de um estado moderno.<sup>2</sup> (1961: 117)

Seguindo essa linha argumentativa quanto ao desenvolvimento do estado moderno etíope, podemos compreender a relevância em ocupar a capital objetivada tanto pelo ataque italiano, quanto pelo regresso do imperador em seu palácio.

Entre as principais edificações que marcaram a retomada da capital pelo poder etíope, trazemos o *Africa Hall*, sede da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA), inaugurado em 1961, e a sede da Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963, como espaços que refletem uma série de investimentos em estruturas para a diplomacia internacional no continente africano. O retorno do imperador ao país foi, então, sucedido por um novo processo de construções que, sobretudo na capital, buscou atrelar a organização urbana do país às expectativas quanto a uma capital cosmopolita na África.

A denúncia dos ataques italianos à soberania da Etiópia, feitas durante a participação em 1936 do imperador etíope já exilado, na Conferência da Liga das Nações, foi tida como acontecimento ímpar para a diplomacia africana, com destaque para a eloquência do discurso de Haile Selassie e seu conhecimento de línguas europeias valorizou sua imagem frente a diplomacia do Velho Continente. Retomada da ocupação italiana, a inauguração do *Africa Hall* na capital solidificou “a estatura continental e internacional de Adis Abeba, que foi consolidada quando a cidade foi escolhida como sede da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África” (Levin, 2016: 447). Nessa ocasião, a presença de políticos e governantes das potências mundiais na inauguração do *Africa Hall* nos permite perceber a maneira com que a diplomacia e as relações internacionais estiveram

<sup>2</sup> Tradução da autora, original: “lacked many of the characteristics of a twentieth-century capital: there was still no municipal organization, and the newly established institutions in the fields of communications, finance, health, education, etc., were all only beginning to affect the traditional structure of Ethiopian life. Nevertheless, the establishment of the capital marked a turning-point in Ethiopian history. It laid the foundations for the development of a modern state”

conectadas e manifestaram-se através dos ordenamentos urbanos construídos na capital do país.

### **Por que Adis Abeba e não em outra capital africana?**

A Etiópia seria importante por abrigar esses prédios ou foi escolhida para abrigá-los por ser importante? ou ainda: Estaria sua importância para o contexto africano atrelada ao fato de não ter sido colonizada ou por ter estabelecido relações com as potências coloniais enquanto estado africano soberano ainda no século XIX? Responder a essas questões corresponde, nesse artigo, buscar uma compreensão histórica com espaço para identificar diferentes perspectivas em um cenário de negociações constantes. Sugerimos, então, pensar essas questões dimensionando através de quais símbolos o estado etíope proclamava seu título de representante da África independente e moderna. Desta maneira, alguns elementos do imaginário de movimentos internacionais que vincularam sua luta por libertação e a da negritude com a Etiópia. Em contrapartida, entendemos a necessidade de considerar que as projeções internacionais podem ser percebidas com outros valores nas relações nacionais.

Ao analisarmos as relações diplomáticas estabelecidas entre o imperador Selassie e as nações europeias na metade do século XX, compreendemos que seu objetivo tinha como intuito articular, com essas negociações, a garantia da unidade e a manutenção de seu poder centralizador, estabelecendo transações e o abastecimento bélico sob seu domínio. O historiador Alemseged Abbay analisou o processo de anexação da Eritreia pela Etiópia chamando atenção para o estado-nacionalismo etíope como o epicentro dos contra nacionalismos no chifre da África, e não somente em relação ao movimento eritreu (Abbay, 2010: 287). Para tanto, percebemos que a estabilidade do poder imperial etíope, representante da soberania de uma nação africana em meio ao colonialismo, dependendo do ponto de vista, poderia ser entendida enquanto fator de instabilidade para os demais poderes locais no chifre africano. Principalmente se considerarmos que, após o retorno do exílio, com o fim da ocupação italiana e o fim da Segunda Guerra Mundial, Salessie interveio diretamente no governo da Eritreia, e apoiado pela Inglaterra, manteve o país como federação desde 1952 até que, em 1962, declarou formalmente a anexação. Todavia, sempre foi uma ocupação do ponto de vista da Frente de Libertação da Eritreia (FLE). Abbay (2010) apontou para os interesses coloniais britânicos ao aliar-se e munir o imperador etíope, apoiando sua primazia na região pois, ao concentrar tamanho poder, a atuação de Selassie limitaria os poderes concorrentes próximos às fronteiras das colônias britânicas, como o Sudão e o Egito. Dessa forma, a aliança entre o imperador etíope e a coroa britânica no chifre africano poderia ser vista como uma articulação política que buscou a soberania etíope e concomitantemente, ser associada a um obstáculo para autodeterminação dos povos da região, como os Eritreus, Oromo e Somali.

“O que o cantor jamaicano de reggae Bob Marley, o líder nacionalista negro Marcus Garvey e o imperador Haile Selassie I da Etiópia têm em comum?”<sup>3</sup> o autor dessa questão, o pesquisador John G. Hall (2003: 17), compreendeu como ponto de intersecção entre essas personalidades e suas ideias o passado etíope e seu legado de independência. Se

---

<sup>3</sup> Tradução da autora, original: “What did Jamaican reggae singer Bob Marley, Black Nationalist leader Marcus Garvey, and Emperor Haile Selassie I of Ethiopia have in common?”.

por um lado o expansionismo etíope convergiu com as principais tensões do século XX nos conflitos de fronteiras na política do chifre africano, as vitórias do exército etíope em relação às tropas coloniais nessas mesmas fronteiras, representaram fonte de inspiração para a resistência e a luta anticolonial africana, principalmente para o movimento Pan-africano. Mesmo sem atuação direta da Etiópia ou participação de seus governantes, os movimentos Pan-africano, o Etiopianismo e o Rastafari, buscaram na história da Etiópia, símbolos para compor a luta por independência no continente. Elementos como a soberania cosmopolita de autoridade insubmissa e negra foram atribuídos à política da Etiópia, e empregados para alimentarem as ideias de uma autonomia e unidade para toda a África. A importância desses elementos tornar-se-á indiscutível perante as movimentações que inauguram os anos 1960 no continente africano: a luta pelas independências.

### **Relações históricas e institucionais: A unidade africana e os espaços da diplomacia**

A data de criação da OUA convergiu com um período de central importância histórica para as articulações políticas das independências africanas e como bibliografia base para debatermos esse processo histórico citamos o trabalho de Joseph Ki-Zerbo, que identificou os movimentos nacionalistas atrelados a esse período, o despertar da África Negra. Para o autor, as articulações políticas desse período eram uma forma de “afirmar-se opondo-se ao poder estabelecido” (1972, p.157). Assumindo ainda, que no século XX as revoltas transformaram-se em revoluções pelo continente africano.

O estabelecimento das novas nações para Ki-Zerbo (1972) recuperou a agência histórica africana. Antes e durante as independências em Gana, Egito e Guiné respectivamente, personalidades como Kwame Nkrumah (1909–1972), Gamal Abdel Nasser (1918–1970) e Ahmed Sékou Touré (1922–1984) além de estadistas e pensadores africanos, representavam vias políticas alternativas para a construção da soberania africana. Realocando a primazia etíope e de seu líder Selassie, para uma nova dimensão de representatividade internacional no continente. Com propostas diferentes entre si, esses líderes identificaram no contexto bipolar da Guerra-Fria, novas possibilidades para fazer política a nível internacional. Sobre isso, Ki-Zerbo (1972) aponta que, inicialmente, o caráter anticolonialista presente em ambos os polos capitalista e socialista correspondia ao projeto de internacionalização política dos Estados Unidos e o da União Soviética, razão que foi apontada pelo autor para o início da descentralização da presença europeia nas relações africanas no século XX. Ademais, partindo do eixo anti-imperialista que aglutinou o interesse dos países presentes nas Conferências Afro-asiáticas (Bandung 1955 e Belgrado 1960) e corroboram para a ampliação das relações internacionais entre a África e Ásia, deslocando o eixo de poder. Essa organização transnacional de países em processo de libertação, salientou a importância desses espaços diplomáticos, onde os encontros políticos naquele contexto, impactavam diretamente nos processos de regiões que ainda estavam em luta.

Em meio a esse cenário de efervescência e articulação da autonomia dos países do continente africano, contou com a criação de organismos e associações de caráter regional e continental como a Liga árabe (1945), Conseil d’Entente (1959), a Federação do Mali (1959/60) e a União Africana e Malgaxe (1960). Essas coalizões, em alguns momentos em

conjunto com países asiáticos, reconheciam que os rumos da política estavam em jogo na arena internacional e buscavam fazer valer suas propostas frente as potências mundiais.

As divergências entre os grupos Monróvia e o Casablanca (1961) foram percebidas pela historiografia como o entrave para a criação de uma unidade entre as nações africanas, e analisando as negociações entre os critérios e interesses políticos defendidos por cada um nos permite entender em que medida essas nações se aproximavam e se afastavam. Para o autor Francisco Valente (1986: 115) a criação da OUA pode ser compreendida como “movimento de unificação” pois “a conferência de 1963, eliminou as divergências havidas até então entre as nações e provocou o desaparecimento dos principais grupamentos políticos africanos existentes anteriormente”. Em oposição, Ki-Zerbo (1972) compreendeu que as performances desses diferentes grupos, que em suas palavras eram “mais ou menos efêmeros, mais ou menos estruturados”, ao unificar-se criou uma nova arena de disputa interna.

Analisar a questão da unidade africana, condensada enquanto bloco político com a criação da OUA em 1963, entendemos que os interesses de grupos mais moderados ganharam espaço sendo a escolha pela capital etíope como sede dessa instituição, elemento desse direcionamento. Frente a isso, embora Selassie tenha atuado como símbolo da autonomia africana, também atuou como uma força imperial que buscava a modernização sem reforma social, expondo a lógica de um regime expansionista. Nesse sentido, a nível internacional, a atuação do imperador esteve igualmente alinhada a essa lógica, algo perceptível com sua aproximação desde 1960, aos grupos das antigas colônias francesas, como a Organização Africana e Malgaxe, onde havia representação das potências europeias como a própria França, e não dos grupos formados por líderes de movimentos revolucionários como a União dos Estados Africanos composta por Gana, República do Mali e Guiné.

A consolidação de uma união total entre os países africanos independentes nos anos 1960, tinha como divergência central o grau de autonomia e integração que a unidade continental entre os países deveria ter. Divididos entre dois principais grupos o Casablanca e o Monróvia, respectivamente, o primeiro, defendia um bloco que respeitasse a soberania das nações, e o segundo, uma união compartilhada, pensando em uma moeda única e um governo continental centralizado. Como exemplo dessas medidas em disputa, temos a questão sobre a manutenção das fronteiras coloniais em contrapartida as demandas dos movimentos nacionalistas locais. As tensões da África contemporânea, extensamente explorada por autores como Achille Mbembe (2003), Jean-François Bayart (2009) e Michael Chege (2003) que estudaram a formação do estado-nação no continente, estão interligadas ao processo de formação das elites africanas em conjunto, com a delimitação do território e o domínio do poder central e da violência política. A opção entre a manutenção da soberania dos estados nacionais, em detrimento de uma integração centralizada em um único governo para todo o continente, reflete projetos bilateralmente opostos para o estado-nação após as independências. E foi diretamente quanto à essas questões que a atuação do imperador etíope, buscou a conciliação diplomática para formar a Organização da Unidade Africana.

A independência de Gana no ano de 1957, marcou a consolidação do primeiro estado-nação da África negra que conquistou sua autonomia política, sob a liderança de

Kwame Nkrumah. Nesse contexto, o alinhamento entre Gana, Guiné e Mali com a formação da União dos Estados Africanos (1958-1960) apontou para o vínculo com os ideais do Movimento Pan-africano, defendendo esse caminho para a articulação de tratados e cooperações entre os países independentes do continente, apoiando o combate ao colonialismo. Igualmente, as movimentações entre os países independentes do norte africano como a Líbia (1951), Egito (1952), Tunísia e Marrocos (1956) formaram uniões com semelhante objetivo, no entanto, aglutinadas principalmente pela cultura árabe e os interesses do Pan-arabismo de Abdel Nasser.

Buscando o papel de epicentro dessas formações continentais Adis Abeba foi preparada por seu governante, o imperador Haile Selassie, para concentrarem na capital do país um centro de poder que conectava os demais países do continente e, simultaneamente, a conferências e acordos com outros continentes. Desde a construção do prédio *Africa Hall*, iniciada em 1958, a capital etíope foi sede para as primeiras negociações entre os governantes dos países africanos independentes com os representantes de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), diplomatas e governantes europeus, americanos e asiáticos. Reforçando, com isso, o papel cosmopolita da capital etíope servindo como local que garantiria o exercício da diplomacia de forma soberana para as nações africanas independentes.

**Tabela 1** – Grupos e organizações africanas (1945 - 1963)

<b>Organização</b>	<b>Período</b>	<b>Países membros</b>
Liga Árabe	1945-atual	Egito (1945), Líbia (1953), Sudão (1956) e Marrocos (1958)
República Árabe Unida	1958-1961	Egito e Síria
União dos Estados Africanos	1958-1963	Gana, Guiné e Mali
Federação do Mali	1960	Senegal e Mali
Conseil d'Entente	1959	Benim e Burquina Faso (República do Daomé, República do Alto Volta)
União Africana e Malgaxe (UAM)	1960	Chade, Camarões, República do Congo, Benim, Gabão, Burquina Faso, Níger, Mauritânia, Madagascar, República Centro-Africana, Senegal e Costa do Marfim
Conferência de Casablanca	Janeiro de 1961	União dos Estados Africanos, Marrocos, República Árabe Unida, Líbia e Governo provisório da Argélia
Grupo Monróvia	Mai de 1961	União Africana e Malgaxe, Etiópia, Libéria, Nigéria Serra Leoa, Tunísia e Somália
Organização da Unidade Africana	Mai de 1963	Grupo Monróvia e Casablanca

Tabela criada pela autora, com informações recolhidas pela leitura integral da obra de Joseph Ki-Zerbo (1972).

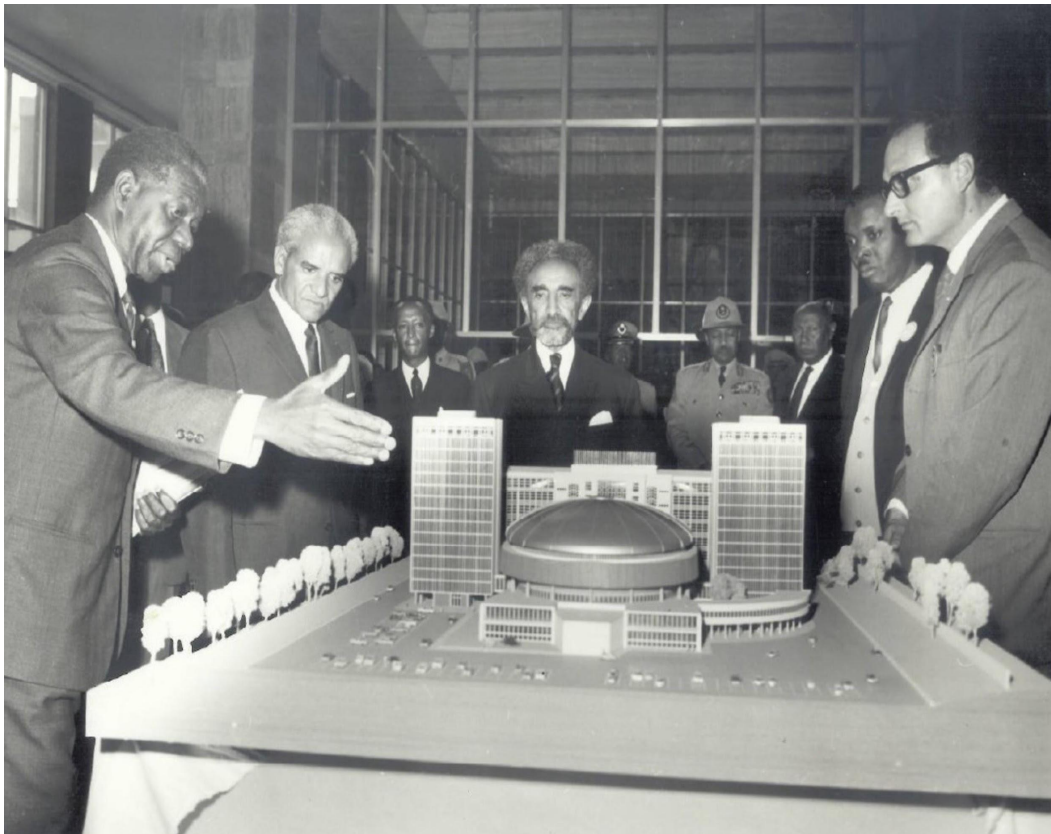
As celebrações da independência de Gana ainda em 1957, garantiram o encontro dos líderes das nações africanas independentes até então, e foi nessa ocasião que a unidade continental dos estados africanos passou a ser debatida mesmo que informalmente (Ki-Zerbo: 1972: 388). A primeira Conferência de Acra ou Conferência Geral dos Povos Africanos, realizada na capital de Gana em 1958, foi resultado dessa semente plantada em 1957. Contou com a presença dos representantes dos oito estados independentes africanos naquele período: Etiópia, Gana, Guiné, Libéria, Líbia, Marrocos Tunísia e a República Árabe Unida. Também participaram mais de 300 delegados de partidos políticos e sindicatos dos 28 países e colônias africanas presentes (Ki-Zerbo, 1972: 390-391). Nesse momento, podemos perceber as primeiras fissuras entre os governantes sobre a questão das independências e o uso da violência para conquistá-las, considerando apoiar os conflitos que ainda ocorriam simultaneamente na Argélia e em Camarões. Como saldo desse encontro foi firmada a criação da Comissão Econômica para África através da atuação dos países independentes em conjunto com a ONU, sendo concebida como um meio de canalizar e centralizar o recebimento da ajuda financeira para os conflitos que ocorriam tanto na Argélia quanto no Camarões.

A primeira tentativa formal de criar uma união continental africana ocorreu em Lagos, capital da Nigéria, no ano de 1962, por iniciativa dos membros da União Africana e Malgaxe (UAM), tentativa que foi frustrada pela abstenção dos membros do grupo Casablanca, que se recusaram a participar uma vez que o governo provisório da Argélia não havia sido convidado. A ausência desse convite por parte da UAM, refletiu a presença diplomática francesa nesse grupo, o que rendeu a ele perfil moderado e conservador. Denunciados na ocasião por líderes como Touré da Guiné e Keita do Mali, como representantes dos resquícios do colonialismo francês nos governos africanos independentes e suas relações intercontinentais. A aproximação do governo da Etiópia com o grupo UAM, deu origem ao grupo chamado de Monróvia, e pode ser mais bem compreendida quando consideramos que a lógica imperial da diplomacia etíope estava mais favorável a uma atuação comedida e a serviço de sua manutenção e expansão, do que da radicalização Pan-africana ou Pan-arabista do grupo Casablanca.

O papel diplomático da capital da Etiópia na articulação da unidade africana, buscou reafirmar a valorização de sua independência no período colonial como atestado de sua relevância para as nações africanas em pleno processo de independência. Esses fatores somados a sua experiência diplomática no exílio, foram decisivos para o papel de Haile Selassie como membro fundador da Organização da União Africana em 1963. Vale ressaltar que, ao mesmo tempo que as articulações entre os chefes de estado e dirigentes ocorriam em instâncias internacionais através desses grupos, o debate sobre a unidade africana fazia parte do espectro político geral da sociedade, havendo propostas para além daquelas em jogo no circuito diplomático, como o editorial argelino de 1963 assinado por Djibo Bakary veiculava: “de maneira nenhuma deve a Unidade Africana tornar-se um sindicato de homens no poder a procurarem apoiar-se mutuamente para resistirem as correntes populares” (Ki-Zerbo, 1972: 399). Podemos debater aqui o paradoxo da unidade enquanto conceito e como instituição. As complexas tramas envolvidas na unidade continental para África, não se resumiram à oposição Monróvia *versus* Casablanca, e combinavam uma série de debates do campo simbólico e político na África dos anos 1960.

Ainda em 1962, quando as autoridades de Gana começaram a se preocupar com os movimentos de oposição, nota-se, em certa medida que até os líderes pan-africanos que defendiam uma atuação mais radical, como Nkrumah, passaram a assumir gradualmente uma faceta mais moderada. Foi diante desse cenário que a formação de movimentos com princípios mais amplos e alinhados às preocupações nacionalistas dos governantes africanos passaram a ter mais espaço. Desse modo, um número maior de adeptos apoiava uma unidade africana como a defesa dos interesses políticos do continente com um objetivo intercontinental. O estabelecimento de alianças regionais foi compreendido como política que fortaleceria a legitimidade e inserção dos interesses dos governos africanos em espaços diplomáticos onde as potências mundiais disputavam por hegemonia, identificando a importância dessa associação continental para o exercício da política pós-colonial africana. Paralelamente, a construção de espaços que representassem essa soberania continental se fazia presente através das edificações urbanas nas principais capitais do período como Cairo, Lagos, Acra e Adis Abeba. O edifício chamado de *Africa Hall*, representou esse símbolo histórico, projetado pelo arquiteto Arturo Mezzedimi e inaugurado oficialmente pelo imperador Haile Selassie em 1961, esse espaço inaugurou também, as relações diplomáticas internacionais africanas para o mundo.

**imagem 2** – Planta modelo do Africa Hall observada pelo imperador Haile Selassie.



**imagem 3** Fotografia da vista aérea do prédio *Africa Hall* finalizado em 1961.



**Imagem 4** – Rainha Elizabeth II comparece a inauguração do *Africa Hall* em 1961



Fonte: As imagens 2, 3 e 4 fazem parte da coleção *Africa Hall Historical Photos*. Parte do acervo oficial da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África. Disponível em: <<https://www.uneca.org/node/4908/>> Acesso em: 29/10/2022

## As transformações espaciais: entre os pilares físicos e os simbólicos

Compreender a razão pela qual a tese moderada foi adotada entre os princípios da OUA, e não a dos compromissos mais radicais, significa dimensionar o interesse dos dirigentes em garantir primeiro a unidade territorial, para depois articular sua forma. Nesse contexto, a unidade entre os princípios da OUA priorizava combater a dominação imperialista estrangeira nos países africanos. Por outro lado, internamente, essa união funcionou visando a prevenção contra os nacionalismos subalternos ou os movimentos de libertações nacionais. De tal forma, as edificações e infraestrutura construídas refletiam a preocupação com a burocracia estatal, relegando ao segundo plano as reformas sociais e a proteção aos direitos civis.

Autora da obra *Human rights in Africa: from the OAU to the African Union* Rachel Murray (2004) ao analisar a atuação do bloco africano em relação aos direitos humanos, associou ao espaço secundário menor aderência as preocupações desse tema por conta de o foco da instituição ter sido voltado para assegurar e proteger a soberania dos estados, e não dos indivíduos. Ao considerarmos os princípios assumidos unanimemente em 1963, pelos chefes de estado, percebemos que garantir a soberania e legitimidade nacional de seu poder os aglutinou satisfatoriamente, como bem notou Selassie. Apontado como principal articulador da carta inaugural da OUA de 1963, a Carta da OUA ou Carta de Adis Abeba, foi o documento que ratificou a criação dessa organização. Celebrada em maio de 1963 em conferência ocorrida no *Africa Hall*, e elencou os sete princípios aderidos naquela ocasião pelos países membros<sup>4</sup>, a seguir, destacamos os três primeiros:

1. A igualdade soberana de todos os Estados-Membros.
2. Não ingerência nos assuntos internos dos Estados.
3. Respeito pela soberania e integridade territorial de cada Estado e pelo seu direito inalienável à existência independente.

O primeiro chefe de estado a discursar na inauguração da OUA foi o anfitrião do evento, o imperador etíope, e nessa ocasião, salientou a importância da unidade continental e celebrou essa conquista africana frente ao mundo:

Estamos hoje no palco dos assuntos mundiais, diante do público da opinião mundial. Reunimo-nos para afirmar nosso papel na direção dos assuntos mundiais e para cumprir nosso dever para com o grande continente, cujos duzentos e cinquenta milhões de pessoas lideramos. A

---

<sup>4</sup> Nesse momento todos os países do continente sob governos africanos independentes participavam dessa organização, totalizando 32 e sendo eles: República de Burundi, República de Camarões, República Centro-Africana, República do Chad, República do Congo, República Democrática do Congo, República Federal Democrática da Etiópia, República do Quênia, República de Madagascar, República de Ruanda, República Federal da Somália, República do Sudão, República Unida da Tanzânia, República Democrática e Popular da Argélia, República de Uganda, República Árabe do Egito, Líbia, República Islâmica da Mauritânia, República da Tunísia, República do Benin, Burquina Fasso, República da Costa do Marfim, República de Gana, República da Guiné, República da Libéria, República do Mali, República do Níger, República Federal da Nigéria, República do Senegal, República da Serra Leoa e a República Togolesa. Disponível em: <[https://au.int/en/member\\_states/countryprofiles2](https://au.int/en/member_states/countryprofiles2)> Acesso em: 05/10/2022.

África está hoje no meio do caminho, em transição da África de ontem para a África de amanhã. Mesmo enquanto estamos aqui, passamos do passado para o futuro. A tarefa em que embarcamos, a construção da África, não vai esperar. Devemos agir para formatar e moldar o futuro deixando a nossa marca nos eventos à medida que eles passam para a história (AFRICAN UNION, 2013:1).

Seu extenso e eloquente discurso de abertura da Conferência, foi sucedido pelo de Ahmed Ben Bella, primeiro-ministro da Argélia, independente desde 1962, que discursou logo em seguida ao anfitrião, mas antes, expôs que iria poupar tempo e abriria mão do discurso que havia preparado focando na questão dos países em luta pela independência:

Vou simplesmente dizer-lhes o que nós, na Argélia, pensamos sobre a essência desses problemas. Sublinho que a Argélia subscreve antecipadamente todas as condições, todas as razões, todas as justificações que esta comissão venha a adotar. Mas é meu dever dizer, em nome do povo argelino e em nome de um milhão e quinhentos mil mártires caídos no campo de honra, que esta Carta permanecerá letra morta se não tomarmos decisões concretas, se não dermos apoio incondicional aos povos de Angola, da África do Sul, de Moçambique e outros, o apoio incondicional que estes povos ainda sob o jugo colonialista têm direito a esperar de nós (AFRICAN UNION, 2013: 7).

Ao poupar o tempo dos presentes resumindo seu discurso à questão que considerava como principal, Bem Bella expõe certa tensão entre o prolixo Selassie, celebrava a diplomacia africana enquanto representante de um poder imperial, cristão e com reconhecimento internacional, em relação as urgências de um líder do movimento por libertação de um país recém-saído de uma sangrenta batalha contra o colonialismo francês.

### **O memorial polissêmico: União Africana e a prisão *Alem Bekagn***

Retomando o debate sobre as transformações urbanas na capital etíope, a entrega do antigo prédio da prisão central do país para a UA inaugurou um interessante processo de memorialização institucional. Popularmente conhecida por *Alem Bekagn*, que traduzido do amárico seria como “o mundo acabou/adeus ao mundo”, a prisão central etíope foi um local historicamente reconhecido como palco de violência política do poder central, imortalizada em diversos testemunhos escritos por aqueles que vivenciaram as práticas do terror.

O período apontado como de maior volume de prisões, torturas e desaparecimentos em *Alem Bekagn*, foi o do regime militar instaurando logo após a revolução de 1974 no país e o subsequente desapossamento de Selassie. Sob o regime militar conhecido pelo acrônimo DERG, a prisão foi palco do assassinato em massa da família real e dos membros do governo imperial, conhecido como Massacre dos Sessenta. Ademais, ao longo de todo regime militar, tortura e execução de membros dos grupos

políticos elencados como a oposição, eram comumente associados a rotina desse local. Foi diante desse cenário, que o nome *Alem Bekagn* se popularizou, e o local ganhou em seu sentido um valor atribuído pela experiência social associada a violência de estado que esse espaço representou nas dinâmicas políticas da sociedade etíope.

Obras como *Tower in the Sky* da autora Hiwot Teffera (2012), e *Notes from the Hyena's Belly* por Nega Mezlekia (2001) compõe o rol de produções etíopes de sucesso, que segundo a pesquisadora Bridget Conley (2019) foram bem recebidas pela literatura internacional e nacional, por mesclarem as autobiografias com os elementos históricos dos anos após a revolução de 1974. A autora, que fez seu trabalho de campo sobre o processo de construção do Memorial dos Mártires do Terror Vermelho, advertiu sobre a permanente relevância dessa literatura, ao passo que inclusive membros do DERG passaram a escrever as suas memórias, disputando por sentidos e significados. Além dos títulos citados, talvez a primeira obra dessa temática produzida no país, *To Kill a Generation* de Babile Tola (1989) narrou as experiências do autor, muitas vezes entrelaçada a de familiares ou membros da resistência, ao longo do período conhecido como Terror Vermelho (1974-1978).

O trabalho de Tola (1989) tem destaque especial, pois, contribuiu enquanto documento para estudos sobre o período, trazendo o relato de outros sobreviventes, dados sobre o regime militar e os movimentos políticos nacionais, bem como, um escrutínio crítico das campanhas do terror. É interessante para a análise que se propõe aqui, suas palavras onde o autor expôs a indignação sobre o local da prisão *Alem Bekagn* na capital etíope: "A prisão central, um dos poços de horrores, chamava-se *Alem Bekagne* ("Já tive o suficiente do mundo!") [...] estava a passos de distância do antigo prédio de vários andares da Comissão Econômica para a África. (*Alem Bekagne* ainda está de pé!)." (Tola, 1989:7). A proximidade física entre as sedes de instituições internacionais como a Comissão Econômica Africana das Nações Unidas (CEA) em relação a prisão central foi denunciada pelo autor considerando a responsabilidade que esses órgãos deveriam ter, ao passo que, inclusive visualmente, eram coniventes com os crimes que ocorriam naquela prisão. Nesse sentido, o local que foi declaradamente palco de massacres cometidos em diferentes períodos históricos, integrava a vida política e o espaço urbano da capital do país, estando o prédio prisional de frente aos edifícios da diplomacia africana, funcionando como uma forma de torna visível a preocupação maior dessa diplomacia: a soberania do poder central.

**Mapa 1** – Mapa de ruas de Adis Abeba, início dos anos 1970 (Ethiopian Mapping Authority)

Fonte: LEVIN, 2016.

Analisando o mapa das ruas da capital etíope, nota-se que nenhum prédio esteve tão próximo de *Alem Bekagn* quanto a OUA, no entanto, nenhum dos prédios centrais da burocracia nacional e internacional estiveram tão longe. Como o Mapa 1 nos permite observar, a localização da União Africana, que está destacada pelo círculo vermelho, compartilhou a região com importantes prédios institucionais, integrando a paisagem urbana da capital. Como mencionamos, desde sua criação em 1963, a sede da Organização da Unidade Africana dividiu o mesmo quarteirão em uma região central da capital etíope com uma prisão destinada especialmente aos presos políticos. A partir dos anos 2000, no entanto, esse cenário foi transformado visual e institucionalmente, dado que, já em 2002 a OUA era oficialmente sucedida pela União Africana (UA), e nesse momento, recebeu do governo nacional a possibilidade de ampliar sua sede, ganhando a posse do antigo prédio prisional vizinho.

Durante seu contexto de formação, nos anos 1963, para Murray (2004) a OUA identificava a importância em defender os direitos humanos dos países africanos frente ao outro, ou seja, frente as potências imperialistas e ao colonizador europeu. Em contrapartida, os regimes nacionais não eram enquadrados ou nem mesmo criticados pela organização, alegando que, naquela ocasião a autonomia dos estados africanos e o princípio

da não intervenção os protegia e prefigurava como a principal preocupação da organização. Diante disso, a autora argumentou que a grande mudança na atuação do bloco internacional africano quando essa passou de OUA para União Africana, entre os anos 1999 e 2002, foi o direito de intervenção contra genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Isto pois, atribuiu a organização o direito de atuação direta na política do continente. A transição da OUA para UA acompanhada pelo fechamento da prisão *Alem Bekagn* pode ser percebida como uma forma de lidar com o que Conley (2019) definiu como um *passado inconciliável*, gerado pela proximidade entre os prédios e o paradoxo que essa disposição física representava quanto aos compromissos de cada instituição. Sobre as motivações para o processo de transformação envolvendo sua sede e a da prisão, podemos perceber que havia uma intenção pública da UA para a transformação espacial:

Na sequência da sua decisão de construir a sua nova sede e centro de conferências no local da antiga prisão central anteriormente conhecido como *Alem Bekagn* (Adeus ao mundo), a UA fez um movimento histórico para homenagear as vítimas de violações passadas. (AFRICAN UNION, 2016, p.1).

Para o antropólogo Alex DeWaal (2013) mesmo com a criação do Memorial especificamente no local onde ficava *Alem Bekagn*, a não preservação da dimensão física do antigo edifício prisional, produziu o que ele nomeou como uma *buried memory*. Crítica que questiona a intenção da União Africana em preservar a memória desse espaço como um elemento de luta permanente pelos direitos humanos. Elencando a construção do Memorial como uma tentativa da UA em criar uma narrativa de conformidade e da resolução dessa memória com um elemento do passado. Esse movimento foi identificado pelo autor como uma tentativa de colocar as tensões que esse local representava em um patamar de conclusão. Em oposição, o estudioso etíope compreendeu que a criação do memorial mesmo que sem preservar o antigo prédio, buscou firmar o compromisso da instituição com a defesa dos direitos humanos, movimento que para Tadesse Tessema, propôs através da preservação da memória institucional reconhecer e esclarecer a história contestada (TESSEMA, 2018: 142).

## Conclusão

O projeto de transformar o prédio de *Alem Bekagn*, símbolo de massacres e do terror em um memorial evidenciou a intenção promover compromissos políticos e reestabelecer marcos sobre o passado através das construções físicas e narrativas. Esse processo, inscreveu na esfera pública; nas memórias visuais com uma tentativa política de atuar frente as tensões do contexto. O compromisso assumido pela União Africana em construir um memorial nesse mesmo espaço da antiga prisão *Alem Bekagn* pode ser analisado como parte dessa intenção de acomodar e reconciliar o passado, promovida por políticas institucionais que articulam mudanças em prédios e paisagens urbanas das cidades.

A construção física de uma Etiópia moderna, foi elaborada em conjunto com o desenvolvimento de uma política diplomática internacional para o país, e esses

desdobramentos foram percebidos nos espaços físicos com o significativo crescimento das obras públicas na cidade capital. Por esse motivo, argumentamos que o aparecimento das instituições internacionais entre os novos prédios construídos em Adis Abeba, atribuíram uma dimensão espacial à narrativa de soberania nacional articulada pelo imperador do país. Sendo então, o processo de urbanização da capital do país, o processo de articulação de sua diplomacia a nível intercontinental conjuntamente.

A modernização da Etiópia, dos anos 1960 em diante, foi parte central dessas motivações que influenciaram a construção da capital Adis Abeba. A criação de infraestruturas modernizantes foi percebida como o compromisso central do projeto imperial, visando enfrentar as pressões coloniais presentes no chifre africano. Tendo em vista que, ao articular a estrutura do poder nacional etíope às construções urbanas na capital, os imperadores alinhavam suas ações às preocupações internacionais, uma vez que elas garantiriam os investimentos internacionais no desenvolvimento interno da Etiópia, considerando que os serviços de infraestrutura eram de responsabilidade do estado, e ao assumir o papel de único agente da modernização ao longo do século XX, o estado-nação em África, concentrou o poder sob as redes de investimentos financeiros nas construções no país (Ejigu, 2014: 273).

Entendemos que as transformações físicas que revestiriam essa modernidade de concretude, e edificaram também, a burocracia do estado e os ordenamentos da vida urbana, criando estruturas intimamente ligadas ao domínio territorial, o exercício do poder e a experiência social. Historicamente, a soberania do estado etíope foi articulada como preocupação primeira da política internacional de Selassie, mas não podemos confundir essa dimensão cosmopolita como o centro da questão política desassociado das tensões locais. Tendo em vista a importância que o armamento tinha para o imperador poder garantir sua autoridade internamente, assim, articular sua autonomia frente ao domínio colonial, era também negociar armamentos importados com essas potências, e garantir a manutenção do seu poder.

Dessarte, a importância da diplomacia se entrelaçou ao fazer política para os países africanos independentes, e a construção de estruturas capazes de dar corpo a esse projeto foram centrais. Os ordenamentos físicos presentes na paisagem urbana, fizeram parte do fazer política, principalmente no estado etíope ao longo do século XX. Ao projetar a capital do país como a centralidade diplomática africana, embebida de uma autoridade soberana e não colonizada, a estruturação da capital combinou símbolos e edificações que pudessem tornar perceptíveis esses elementos autoproclamados. Em consonância, o compromisso assumido pela União Africana em construir um memorial nesse mesmo espaço da antiga prisão salientou essa intenção reconciliatória de acomodar o passado, promovida nessa ação de transformação visual dos espaços urbanos. Por fim, entendemos que as ações no campo físico podem traduzir essas tensões entre memória e política, nos distanciando da ideia de que o monumento tem significado somente através de sua representação visual. O estabelecimento de uma análise histórica das construções urbanas, nos permite buscar a relação específica entre as necessidades de realização políticas sobre aspectos sociais.

A mudança institucional da unidade africana entre 1960 e 2000, acompanhou dois importantes momentos históricos, o primeiro sendo o da liberação, e o segundo, o do compromisso com os direitos humanos. A diplomacia etíope, de igual modo, acompanhou

essas movimentações, uma vez que o fechamento da prisão e transferência para uma região mais isolada do centro urbano, ocorre em consonância com a estruturação do primeiro regime democrático no país. As tendências institucionais lapidam-se às tensões das políticas nacionais internas em diferentes dimensões, dado que a política dos estados articula as questões domésticas às internacionais, e vice e versa, sendo necessário que se entenda esse movimento como um fluxo, e não linear em direção a um progresso.

A importância atribuída a Etiópia não se trata dos prédios que abriga, ou ainda, ela não se tornou importante ao abriga-los, ambos os sentidos são construídos em conjunto. Além disso, pode ser paradoxal pensar que, não sendo colonizada estabeleceu relações imperialistas com as potências coloniais ainda no século XIX no chifre africano, mesmo não sendo movimentos contrários. A Etiópia que foi elevada a símbolo para a libertação negra pelo movimento rastafari e o pan-africano, atrelou as glórias dessa nação, políticas que para outros foi a ruína. Compreendendo historicamente esses processos, percebemos que não há uma hierarquia quanto as construções físicas ou narrativas, os arranjos urbanos mesmo que estanques, manifestam dimensões históricas ainda em disputa, chamando atenção para as tensões presentes em um cenário de negociações constantes, as cidades.

A arena pública da história, que se manifesta nos espaços de memória, pode ser percebida quando esses locais se tornam representantes de polêmicas socioculturais e de concorrência entre interesses políticos. Nessa intersecção, percebemos que os ordenamentos urbanos ocupam os espaços em conjunto com o desenvolvimento das relações institucionais em questão. Assim, as relações históricas que acompanham as edificações nas cidades, trazem consigo as imagens e narrativas circundantes ao local, instituição e opinião pública. Por fim, argumentamos que as conexões aqui estabelecidas entre a unidade africana, a proeminência etíope no que se refere a diplomacia africana e os direitos humanos tratam das dimensões envolvidas em um mesmo projeto urbano, histórico e político. Primeiro é necessário conceber que a localização relativa dessas paisagens memoriais pode buscar a aparência de consenso histórico e estabilidade, e, no entanto, por implicação do significado e a importância dos eventos que representam, operam como um canal para o debate político contínuo, rompendo com qualquer projeto estanque ou de enterramento.

## Referências

- ADEJUMOBI, Saheed A. 2007. *The History of Ethiopia*. Greenwood Publishing Group.
- ABBAY, Alemseged. 2010. "Nationalism in historic Ethiopia". In: *Nationalism and ethnic politics*, v. 16, n. 3-4: 269-289.
- AFRICAN UNION. 2013. *Speeches & Statements Made at the First Organization of African Unity (OAU), 1963 Summit*. Ethiopia Addis Ababa.
- AFRICAN UNION. 2016. "African Union Human Rights Memorial (AUHRM)" - *Concept Note*. Ethiopia: Addis Ababa. Disponível em: < <https://au.int/sw/node/31745> > Acesso em: 28/09/2022.
- BAYART, Jean-François. 2009. *The state in Africa: The Politics of the Belly*. Cambridge: Polity Press.

- CHEGE, Michael. 2003. Las teorías de la ciencia política como um obstáculo para entender el problema de la violencia política y de Estado en África. *ISTOR*, IV, nº 14: 32-47.
- CONLEY, Bridget. 2019. *Memory from the Margins: Ethiopia's Red Terror Martyrs Memorial Museum*. Springer. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-13495-2>
- DE WAAL, Alex; IBRECK, Rachel. 2013. Alem Bekagn: The African Union's accidental human rights memorial. *African Affairs*, v. 112, n. 447: 191-215.
- EJIGU, Alazar G. 2014. "History, modernity, and the making of an African spatiality: Addis Ababa in perspective". *Urban Forum*. : 267-293.
- FERNANDES, Márcia. 2016. "A organização da unidade africana como expressão do projeto político continental no pós-independência: disputa e reivindicações". In: *Sankofa*, 9, n. 17, p. 99-117.
- HALL, John G. 2003. *Ethiopia in the Modern world*. Chelsea House Publishers.
- KI-ZERBO, Joseph. 1972. *História da África Negra II*. Paris: Europa-América.
- LEVIN, Ayala. 2016. "Haile Selassie's Imperial Modernity: Expatriate Architects and the Shaping of Addis Ababa". *Journal of the Society of Architectural Historians*, 75, no. 4: 447-468.
- MARQUES, Alexandre K. 2011. "Etiópia: um símbolo de africanidade". *Historien – Revista de História*, nº.4.
- MBEMBE, Achille. 2001. "As formas africanas de auto-inscrição". *Estudos afro-asiáticos*, v. 23, n. 1: 171-209.
- MBEMBE, Achille. 2003. "Necropolitics". *Public Culture*, Volume 15. no. 1: 11-40
- MURRAY, Rachel. 2004. *Human rights in Africa: from the OAU to the African Union*. Cambridge University Press
- NAIDU, Ereshnee. 2015. Memorialização nas Sociedades Pós-Conflito na África: Potenciais e Desafios. IN: BIX, Gabriel. (ed). *Fortalecimento da Memória, Justiça e dos Direitos Humanos no Brasil e no Hemisfério Sul*. Brasília: Comissão Brasileira de Anistia, Ministério da Justiça; Nova York: Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, .
- NICOLAS, Gildas. 1972. "Protest in Ethiopia". *Ufahamu: A Journal of African Studies*, 2, n.3.
- ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. 1963. *OAU Charter*. Assembly. Ethiopia: Addis Ababa,, pp.11. Disponível em: < [https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-fileoau\\_charter\\_1963.pdf](https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-fileoau_charter_1963.pdf) > Acesso em: 05/10/2022.
- PANKHURST, Richard. 1999. "Italian fascist war crimes in Ethiopia: A history of their discussion, from the League of Nations to the United Nations (1936-1949)". *Northeast African Studies*, 6, n. 1/2\_ 83-140..
- PANKHURST, Richard. 1961. "Menelik and the Foundation of Addis Ababa". *The Journal of African History*, 2: 103-117.
- TESSEMA, Marshet Tadesse. 2018. *Prosecution of Politicide in Ethiopia: The Red Terror Trials*. Springer.
- VALENTE, Francisco. 1986. "Relações interafricanas: a organização da unidade africana e o esforço para a união do continente". *África*, n. 9: 113-127.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. 2012. *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: UNESP.

**sobre a autora**

**Jacqueline Wahbeh**

Mestra em História pela UFPR. Tutora da Graduação em História da Universidade Positivo

**autoria** A autora é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

**financiamento.** Sem financiamento

Recebido em 30/11/2022.

Aprovado para publicação em 8/05/2023